

21. Os fenícios viviam numa faixa de duzentos quilômetros de comprimento, entre o mar Mediterrâneo e as montanhas do atual Líbano. Semitas, provinham do litoral setentrional do mar Vermelho. Assinale a principal contribuição desse povo para as sociedades atuais.
- A) O alfabeto.
  - B) Os templos.
  - C) A escrita hieroglífica.
  - D) A escrita cuneiforme.
  - E) A invenção do comércio.

**Questão 21 – Alternativa A**

A principal contribuição dos fenícios para as sociedades atuais foi o desenvolvimento do alfabeto. Criaram sinais para representar os sons das palavras. Esses sinais foram adotados pelos hebreus. Completados pelas vogais tornou-se o alfabeto grego. O culto religioso fenício era realizado ao ar livre e não em templos. A escrita cuneiforme é sumeriana. A escrita hieroglífica é egípcia. Quanto à invenção do comércio, ela se perdeu nas brumas do tempo.

22. Leia com atenção as duas declarações seguintes:

*(...) o plano não se volta contra o latifúndio nem contra o imperialismo; ao contrário, serve aos interesses dos monopólios estrangeiros.*

(Vinícius Brandt, presidente da UNE)

*Devo esclarecer que não me encomendaram um projeto de revolução, mas um plano de governo.*

(Celso Furtado, ministro extraordinário do Planejamento)

Os comentários supracitados aludem ao “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”, o qual sintetizava os objetivos do governo João Goulart. Sobre o referido Plano, é correto afirmar que:

- A) enfrentou resistências dos estudantes devido à não incorporação da reforma agrária.
- B) tinha o apoio irrestrito do empresariado, interessado na estabilização econômica do país.
- C) conciliou medidas monetaristas, acordadas com o FMI, com outras estruturantes, as reformas de base.
- D) recuperou o desenvolvimentismo do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, aproveitando a baixa inflação vigente.
- E) fracassou por motivos estritamente econômicos, seu insucesso tendo pouco a ver com a radicalização política do período.

**Questão 22 – Alternativa C**

O Plano Trienal objetivava conjugar o combate à inflação, então galopante, com a recuperação do desenvolvimento econômico. Com esse intuito, não se limitou a traçar estratégias monetaristas, como o refinanciamento da dívida externa, a restrição salarial, a limitação do crédito e dos preços e o corte de gastos governamentais. Delineou também um amplo leque de reformas de base, envolvendo, entre outras, a reforma agrária, a bancária, a fiscal e a administrativa. Previa, igualmente, investimentos na saúde, educação, ciência e habitação. O Plano provocou reações negativas em vários setores do espectro social e político, o que não surpreende quando se atina para o processo de radicalização política então em curso, infenso à política conciliatória de João Goulart. Os industriais se dividiam. Enquanto alguns, sobretudo os paulistas, apoiavam o plano, outros o condenavam, reticentes quanto à intervenção estatal na economia, às ameaças ao câmbio livre e à limitação de crédito. Quanto aos trabalhadores, ao tempo que os sindicatos urbanos reprovavam o projeto, alegando a contenção dos reajustes salariais, Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas, tachava-o de “antipopular, antinacional e pró-imperialista”. Sob estas justificativas, o PCB e a ala mais à esquerda do PTB, de igual modo, rechaçavam-no. O resultado, em consequência, foi o insucesso do Plano, precocemente abortado, e o contínuo isolamento do presidente, prenunciando sua deposição em 1964.

23. Leia os textos a seguir:

*O golpe de 1889 – ou a “Proclamação da república”, como passou à história – foi um momento-chave no surgimento dos militares como protagonistas no cenário político brasileiro. A República então “proclamada” sempre esteve, em alguma medida, marcada por esse sinal de nascença (...).*

(CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 08).

*Excetuando-se elementos isolados, em 1964 já desaparecera o exército temido por Osvaldo Aranha como ameaça à ordem social. (...) Graças a expurgos sucessivos e mudanças organizacionais, as Forças Armadas tornaram-se mais fortes, mais coesas e mais conservadoras.*

(CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 117).

Sobre a participação dos militares nos dois episódios acima referidos, pode-se afirmar, corretamente, que:

- A) aspectos organizacionais das Forças Armadas são irrelevantes no entendimento dos dois episódios.
- B) houve mudança no padrão de atuação política dos militares, de uma postura desestabilizadora para uma ordenadora.
- C) enquanto que em 1889 os militares assumiram a liderança do movimento, em 1964 eles agiram unicamente à reboque dos atores civis.
- D) a “mocidade militar” de 1889 guiava-se pela Doutrina da Segurança Nacional, e os “revolucionários” de 1964, pelo cientificismo.
- E) ao passo que na proclamação da república os oficiais superiores foram figuras de relevo, no golpe de 1964 os militares de patente inferior se destacaram.

**Questão 23 – Alternativa B**

Tanto a proclamação da república quanto o regime ditatorial, instalado em 1964, tiveram ativa participação dos militares. Nos dois episódios, a relação destes com os civis não se pautou pela subordinação nem pela mera instrumentação. Antes, a atuação política dos militares ressaltou seu protagonismo e relativa autonomia. Nesse sentido, faz-se necessário atentar para os aspectos organizacionais das Forças Armadas. Os jovens em início de carreira que fizeram a República compunham um Exército pouco profissionalizado, com pequeno orçamento, promoções dificultadas, má remuneração e baixa extração social. Somados esses elementos a uma socialização ancorada no cientificismo, na meritocracia e no republicanismo, deu-se azo a que a instituição se tornasse permeável à política. A figura do “soldado-cidadão”, insuflado de intervencionismo reformista, foi o produto dessa congeminção. Já o braço militar do golpe de 64 representava uma Força Armada profissionalizada, “legalista” e elitizada, formada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional. Mais reativa que ativa, sua alta oficialidade professava a crença de que a ingerência ordenadora na política permitiria recobrar a hierarquia interna.

24. Típicas criações da Idade Média, propiciaram a formação de novas cidades:

- A) o comerciante e a moeda.
- B) a moeda e o “portus”.
- C) os mercadores e as muralhas.
- D) as feiras e o artesanato.
- E) os burgos e as abadias.

**Questão 24 – Alternativa E**

Típicas criações da Idade Média, abadias e burgos deram origem a novas cidades. Os burgos, fortalezas edificadas nos séculos IX e X, mantinham guarnições permanentes, sediavam os tribunais e as residências dos grandes senhores e serviam de refúgio às populações vizinhas, sendo procurados pelos mercadores pela segurança que lhes ofereciam. As abadias, fortificadas para dar segurança aos monges, também abrigavam os camponeses quando em perigo. Com a revitalização comercial, núcleos de mercadores foram se estabelecendo ao pé de suas muralhas, e populações foram se fixando de forma permanente. Comerciantes e moedas existiam antes da Idade Média. Lembrem-se da moeda persa do rei Dario. Muralhas também não são criações típicas da Idade Média. Lembrem-se das muralhas da China. O mesmo pode-se dizer do artesanato.

25. Leia o texto que segue:

*Conversava, como se fosse para uma feira. (...) dirigi-lhe mais uma vez a palavra, pois os maracajás eram amigos dos portugueses (...) Ao que retrucou ele que sabia bem, nós não comíamos carne humana. Depois lhe disse que devia ter ânimo, pois comeriam apenas a sua carne; seu espírito iria a uma outra região, para onde vai também o espírito da nossa gente e lá há muita alegria. Perguntou ele se isto era verdade. Referi que sim e respondeu-me que nunca havia visto Deus. Concluí dizendo que veria Deus na outra vida e deixei-o quando terminou a conversa.*

(STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1974, p. 112-113).

No trecho acima, o explorador alemão Hans Staden narra o seu diálogo com um índio maracajá, prisioneiro, como ele, dos tupinambás, nos meados do século XVI. Analisando esse relato, infere-se que:

- A) o narrador sugere o papel civilizador do cristianismo frente à barbárie dos nativos.
- B) Hans Staden procura convencer o companheiro de sina da sacralidade do canibalismo.
- C) a separação entre carne e espírito, aludida pelo explorador, sinaliza sua adesão a crenças pagãs.
- D) o maracajá se mostra desconsolado com o destino, visto que não havia maior desonra a um indígena que ser devorado pelo inimigo.
- E) a prática do canibalismo foi inexistente, e sua invenção deve-se aos colonizadores, sequiosos por legitimar o desígnio da conquista.

**Questão 25 – Alternativa A**

A passagem supracitada revela a coexistência de culturas diferentes no contexto da colonização do Brasil. Mostra, especialmente, diversas concepções acerca da prática do canibalismo, real, e suas consequências. De um lado, o conquistador europeu, crendo-se portador da civilização, faz uso de um elemento cristão, qual seja, a separação da carne do espírito, para consolar um nativo, no qual projeta o sentimento de barbárie antevisto no canibalismo. Do outro lado, o indígena aparenta despreocupação com o que lhe reserva o futuro. Em geral, os guerreiros tupis sentiam-se honrados em ser devorados num ritual.

26. Dentre os fatores que contribuíram para a Revolução Francesa (1789), um deles decorre das relações que se estabeleceram entre a França e as Treze Colônias inglesas da América, ou seja:

- A) o fortalecimento da burguesia francesa como consequência dos investimentos de capitais norte-americanos na Europa.
- B) o apoio dos colonos norte-americanos ao descontentamento da nobreza francesa então em luta contra o absolutismo.
- C) o descontentamento da nobreza francesa, aliada dos colonos norte-americanos, frente ao apoio de Luiz XVI à política expansionista inglesa sobre as terras situadas a oeste das Treze Colônias.
- D) a reação de setores da sociedade francesa ao endividamento da França na ajuda que esta dava aos colonos americanos que lutavam pela independência contra a Inglaterra.
- E) as semelhanças entre a França e as Treze Colônias inglesas no campo das idéias expressas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada no Segundo Congresso de Filadélfia (1775).

**Questão 26 – Alternativa D**

Nos anos que antecederam a Revolução Francesa de 1789, Luis XVI parecia insensível aos clamores e privações da população, ao mesmo tempo em que a corte levava uma vida de luxo e ostentação. Apesar dos encargos que recaíam sobre o povo, o rei desejava aumentar a arrecadação financeira da Coroa, pois esta estava endividada por causa da ajuda que a França havia dado às Treze Colônias americanas que lutavam contra a Inglaterra. A França tinha interesse em derrotar a Inglaterra, sua grande rival. Mas, para ajudar os colonos americanos, a França contraiu grandes empréstimos. Daí tentar obter mais dinheiro com a inclusão da nobreza entre aqueles que deveriam pagar impostos. A nobreza, então, recusou-se a atender a essa exigência, aumentando a crise política. Por outro lado, o fortalecimento político da burguesia, na França, não se explica por investimentos de capitais norte-americanos. A Inglaterra era uma grande rival da França e, assim, não teria o apoio do rei francês para o seu expansionismo na América. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi proclamada na França e não nos Estados Unidos. A nobreza francesa procurava manter o absolutismo e não derrubá-lo.

27. O impacto da globalização sobre o mercado de trabalho foi imediato. Houve uma tendência a transferir empresas das nações mais ricas para as mais pobres. Isto pode ser explicado:
- A) pela política neoliberal de tentar reduzir as disparidades entre países ricos e pobres.
  - B) pela busca de trabalhadores com salários mais baixos, que gozam de menos benefícios sociais.
  - C) pelo maior avanço tecnológico verificado nos países situados na periferia do sistema capitalista frente à tecnologia dos países centrais.
  - D) pela substituição de tecnologias atrasadas por outras mais qualificadas, e conseqüente necessidade de mais mão-de-obra nos postos de trabalho.
  - E) pela necessidade de aproveitamento da matéria-prima abundante nos países em desenvolvimento, com o emprego em massa de trabalhadores mais qualificados do Primeiro Mundo.

**Questão 27 – Alternativa B**

O interesse do capital transnacional com a transferência de empresas das nações mais ricas para as mais pobres é conseguir mais lucros por conta dos salários mais baixos, bem como porque os benefícios sociais nos países mais pobres oneram menos o capital. Portanto, a transferência de emprego de países ricos para países pobres não se explica por razões humanitárias, mas por interesse econômico. A tecnologia dos países mais ricos continua sendo mais avançada que a dos países explorados pelo capital transnacional. As empresas, em nome da eficiência, promovem a eliminação de empregos, isto é, mão-de-obra, por mecanismos e procedimentos resultantes do desenvolvimento tecnológico, sobretudo dos processos de automação. No processo de globalização, não se opera, nos países periféricos, uma substituição em massa de trabalhadores nativos por outros mais qualificados dos países mais ricos.

28. Leia o texto abaixo:

*O Instituto do Ceará tem por fim tornar conhecidas a história e a geographia da Província e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias.*

(Estatutos do Instituto do Ceará, aprovados em 24 de março de 1887).

O texto acima versa sobre o Instituto do Ceará. Sobre ele é correto afirmar que:

- A) desprezava o cientificismo e o materialismo, tal como a Academia Francesa, que lhe precedeu.
- B) rechaçava o cristianismo e o romantismo, associados à monarquia brasileira.
- C) negava para si a função progressista e civilizadora na Província, devotando-se exclusivamente à pesquisa documental.
- D) foi criação de uma burguesia emergente, que se envolvia com o abolicionismo e se ligava, parcialmente, ao republicanismo.
- E) abraçava a História e a Geografia, movido pela narração das origens singulares do Ceará, o que justificaria a sua separação do restante do país.

**Questão 28 – Alternativa D**

Fundado pouco antes da derrocada do escravismo e da monarquia no país, pelas mãos de uma burguesia ascendente, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, mediante narrativas monumentalizantes acerca das origens da Província, dava continuidade aos esforços dirigidos, por abolicionistas e republicanos, à inserção do Ceará no processo de “civilização” e “progresso” que se acreditava em curso no país e no restante do mundo. Herdeira do cientificismo e do materialismo da Academia Francesa, existente na primeira metade da década de 1870, a instituição não descurava, todavia, do romantismo e do cristianismo que nortearam a fundação dos seus congêneres nacionais, como o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), criado em 1838.